

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê reúne dez artigos e uma entrevista sobre a questão da Amazônia no mundo contemporâneo a partir da perspectiva das relações internacionais. Palco da última COP do Clima (Belém, 2025) e da última COP da Biodiversidade (Cali, 2024), a Amazônia compreende a maior floresta tropical do mundo ainda em pé. Espalhada em oito países - Brasil (com a concentração de 61,8% da área), Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname e um departamento ultramarino francês — Guina Francesa, a Amazônia é considerada fundamental e estratégica para o equilíbrio climático e sua transição global. Trata-se de uma região com aproximadamente 47 milhões de habitantes, dos quais cerca de 2,2 milhões são indígenas, de mais de 400 povos diferentes.

A diversidade biológica, cultural e socioeconômica presente na região graças à floresta é também marcada por inúmeros conflitos e tensões, sobretudo pela força do capital de diversas atividades predatórias. A Amazônia é uma região sob forte pressão e disputa. Exploração de gás e petróleo, comércio ilegal de madeira, mineração, usinas hidrelétricas, projetos de infraestrutura como estradas e ferrovias, bem como o avanço da soja e do gado são os principais focos de conflito, pelo desmate e pela contaminação levando tanto à emissão de carbono quanto à violação dos direitos dos povos indígenas. A deterioração da floresta e do bioma amazônico apresentou piora significativa nos últimos anos. Para o climatólogo Carlos Nobre, a Amazônia atravessa um momento crítico. Segundo ele, a região está de 20% a 30% mais seca e entre 2°C e 3°C mais quente. No Sudeste da bacia amazônica (que corresponde aos Estados do Pará e Tocantins), a floresta se tornou uma fonte de carbono. Se a tendência se mantiver, a Amazônia pode perder a capacidade de permanecer úmida e biodiversa (Nobre, 2025).

Em termos políticos e de gestão socioambiental, a governança ambiental na Amazônia é marcada por um amplo complexo normativo, formado por um conjunto de leis federais e estaduais dos nove países, bem como normas dos territórios indígenas e do regime de governança global para mudanças climáticas. Trata-se de um processo desafiador, cujo sucesso esbarra nas condições políticas de implementação e fiscalização, nos anos recentes enfraquecidas por um crescente discurso antiambiental oficial por parte de alguns países-chave como o Brasil. Não obstante os limites políticos das ações desenvolvidas em organizações internacionais, o presente dossiê parte do pressuposto de que os marcos regulatórios, princípios, normas e processos políticos desenvolvidos no âmbito das organizações internacionais e entre estas organizações e outros atores são decisivos para a governança contemporânea de temas complexos, em particular a governança ambiental na Amazônia e sua interface com a dimensão de gênero. Nesse sentido, ao conjunto de dez artigos soma-se uma entrevista com a chefe de gabinete da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), discutindo os avanços e desafios da governança na região.

O primeiro artigo, intitulado “*On the Way to COP30: Participation, Deliberation and Climate Justice*”, de Denise Vitale (Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil) e Danielle Hanna Rached (USP, Brasil), discute a mobilização dos movimentos sociais em um contexto de crise da democracia, de avanço dos processos de autocratização e de erosão do multilateralismo pós-guerra. O artigo busca compreender como a confluência de três crises simultâneas — climática, democrática e diplomática — afeta o desenvolvimento de ações de defesa dos direitos socioambientais e estimula uma resistência significativa por parte dos movimentos sociais. Também se busca compreender como o atual momento do governo Lula, com suas tensões e ambiguidades, desafia a organização e a mobilização desses movimentos.

Em seguida, o artigo “Mudanças climáticas, adaptação e metrópole na Amazônia: potencialidades e desafios”, de Tiago da Silva Jacaúna (Universidade Federal da Amazônia, UFAM, Brasil), Beatriz Campelo Monteiro (UFAM), Gabriel Guariglia Perez (Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Brasil) e Gabriela

Marques Di Giulio (USP), aborda o relevante tema da adaptação climática nas cidades brasileiras. Nele, os autores aplicam o Índice de Adaptação Urbana (UAI) à Região Metropolitana de Manaus, que abrange 13 municípios, e tecem comentários mais amplos sobre os efeitos da ausência de políticas públicas e de instrumentos que constituem uma base importante para avanços na trajetória de adaptação climática.

O terceiro artigo “Belém, a COP30 e os desafios da justiça climática”, de Katiani Zape (Centro Universitário Jorge Amado, Unijorge, Brasil), tem como objetivo analisar como a cidade de Belém, sede da COP30, tem promovido a justiça climática sob a perspectiva de gênero. Com um forte viés empírico, a autora analisa documentos para verificar em que medida as mulheres têm sido incluídas no debate e qual espaço ocupam na arquitetura institucional do clima. Os dados revelaram que, embora o tema da justiça climática tenha avançado na cidade de Belém, ainda não foi suficiente para eliminar a invisibilidade das mulheres nos processos de tomada de decisão.

Na sequência, o artigo “Protestos indígenas no Pará no contexto da COP30”, de Rayza Sarmento (Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil) e Leonardo Barros Soares (Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil), aborda o tema dos movimentos sociais ao mapear o repertório de protestos do movimento indígena no estado do Pará com base na disputa em torno da Lei n.º 10.820/2024, que trata da educação escolar indígena. Por meio de uma análise empírica, os autores mostram as diferentes táticas conflitivas e de interação socioestatal, a centralidade das mulheres ativistas e as tensões internas do movimento indígena.

O movimento indígena também é abordado no quinto artigo, “Entre a floresta e a diplomacia: a voz indígena nas COPs — uma análise das demandas e estratégias dos povos indígenas do Brasil nas negociações climáticas”, de autoria de Glacialva César Araújo de Andrade (UFBA), Andrea Cardoso Ventura (UFBA) e Américo Alves de Lyra Júnior (Universidade Federal de Roraima, UFRR, Brasil). Nele, os autores demonstram como a mobilização indígena nas COPs é marcada por avanços e desafios, evidenciando tanto a crescente mobilização transnacional desses grupos quanto as limitações estruturais que ainda persistem.

O sexto artigo, “*Post-COP30 Debate on Climate-Induced Migration: Brazil’s Policies Towards a Governance in the Amazon Region*”, de José Sacchetta Ramos Mendes e Andressa Beatriz Cardoso Lisboa (ambos da UFBA), aborda o importante, mas quase sempre negligenciado, tema das migrações e do refúgio climáticos. De maneira geral, o texto mapeia as dinâmicas políticas e a retomada da participação popular nas decisões sobre políticas migratórias. Além disso, ele discute a relação de causa e efeito entre mudança climática e deslocamentos humanos, bem como a perspectiva de construção de uma governança migratória global, com ênfase nas iniciativas recentes adotadas na América do Sul, especialmente na região amazônica.

Os dois artigos seguintes, “COP30: Sociedade como chave para soluções climáticas”, de Raimunda Nonata Monteiro (Universidade Federal do Oeste do Pará, Ufopa, Brasil) e “A COP30 e as Mobilizações Sociais”, de Enaile do Espírito Santo Iadanza e Manoel Pereira de Andrade (ambos da Universidade de Brasília, UnB, Brasil), tratam de um tema caro ao dossiê: os movimentos sociais. Enquanto o primeiro conclui que a COP30 pode ser considerada um marco nas negociações climáticas globais devido às medidas de inclusão e envolvimento da sociedade civil em suas múltiplas e diversas representações, o segundo descreve minuciosamente a Cúpula dos Povos no âmbito do processo de construção e realização da COP30, abordando a participação de organizações representativas de povos indígenas e de movimentos camponeses nacionais e internacionais no enfrentamento da crise climática.

O nono artigo, “Mulheres na Conservação: Desafios de Antes, Questões de Agora. Como conservar sem elas?”, de autoria de Diana de Alencar (USAL), aborda a participação e a realidade das mulheres em áreas protegidas e em territórios indígenas. Por meio de relatos e de uma observação participante, o artigo expõe as violências de gênero e a perpetuação de desigualdades resultantes de ações e/ou omissões estatais.

Por fim, o artigo “*Andean Amazonian indigenous people’s territories, Climate Change and Green Economy*”, de Carlos Soria (Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru), analisa a situação de alguns dos maiores territórios indígenas da Amazônia Andina, afetados por políticas públicas que, historicamente, promoveram o desmatamento da região para fins agrários. A pesquisa propõe um modelo de desenvolvimento alternativo, que pode incentivar uma gestão pública mais transparente e democrática desses territórios, com foco na conservação.

De modo geral, o dossiê destaca a importância dos espaços multilaterais, como as COPs e a OTCA. Apesar das críticas recebidas recentemente por representantes da extrema direita em diversos países, esses espaços configuram-se como ambientes plurais, capazes de incluir participantes geralmente excluídos de negociações internacionais, como grupos tradicionais constituídos por povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. No entanto, conforme visto ao longo do dossiê, tanto a plena capacidade democrática quanto a capacidade de implementar as decisões tomadas nesses espaços são alvo de questionamentos. Assim como não é possível solucionar a crise climática a partir de uma ação única ou de um único centro de poder, a solução futura dessa crise depende do aperfeiçoamento do processo decisório das COPs, do apoio de diversos atores às suas decisões e de sua legitimidade perante diferentes estados.

COORDENADORAS

Denise Vitale

Universidade Federal da Bahia (UFBA, Brasil).

denisevitale@gmail.com

Danielle Hanna Rached

Universidade de São Paulo (IRI, USP, Brasil).

daniellerached@usp.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Nobre, C. (2025, 23 de dezembro). Brasil se aproxima de colapso ambiental. *Universo Online* (UOL). Recuperado el 23 de diciembre de 2025, de <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/carlos-nobre/2025/12/23/o-brasil-diante-dos-pontos-de-nao-retorno-de-seus-biomas.htm>